

Banca em Portugal: A Cúpula Dourada da Impunidade

Publicado em 2025-10-29 20:37:24



O MANTO DE IMPUNIDADE DA BANCA EM PORTUGAL

Por Francisco Gonçalves • Série "Contra o Teatro da Mediocridade"

Box de Factos

- IRC em Portugal: 21% + derramas).
- Setor bancário: contribuição especial baseada em responsabilidades (CESB).
- Taxa efetiva dos bancos: em média inferior a 12%.
- Lucros em 2024 dos cinco maiores bancos: ~3 mil milhões de euros.
- Imposto efetivamente pago: entre 300 e 400 milhões.

Vivemos num país onde os bancos são tratados como se fossem os próprios senhores do Estado. Lucram centenas de milhões — às vezes milhares — e pagam impostos como se fossem meras start-ups em dificuldades. Em 2024, o setor bancário português arrecadou lucros astronómicos: Caixa Geral de Depósitos, BCP, Santander, BPI e Novo Banco somaram mais de **3 mil milhões de euros de lucro líquido**. Mas o imposto efetivo pago foi, em média, inferior a **12%**. Uma ironia fiscal que chega a ser obscena.

A Máquina Fiscal de Dois Pesos e Duas Medidas

Enquanto uma PME ou um trabalhador suporta taxas brutais — 21% a 48% —, a banca refina a arte da “engenharia fiscal”. Deduz aqui, amortiza ali, transfere acolá. O resultado: riqueza concentrada e impostos diluídos no ar.

Entidade	Lucro (2024)	Imposto Pago	Taxa Efetiva
Caixa Geral de Depósitos	1.030 M€	120 M€	11,6%
BCP	900 M€	105 M€	11,7%
Santander Portugal	641 M€	68 M€	10,6%
BPI	472 M€	48 M€	10,1%
Novo Banco	270 M€	30 M€	11,1%

Somando tudo, o Estado arrecadou cerca de 370 milhões de euros em impostos, num universo de lucros superiores a 3 mil milhões. É como se um trabalhador que ganhasse mil euros pagasse apenas 120 de IRS. É, simplesmente, um insulto à inteligência e à ética fiscal.

Gráficos e Evidências Visuais

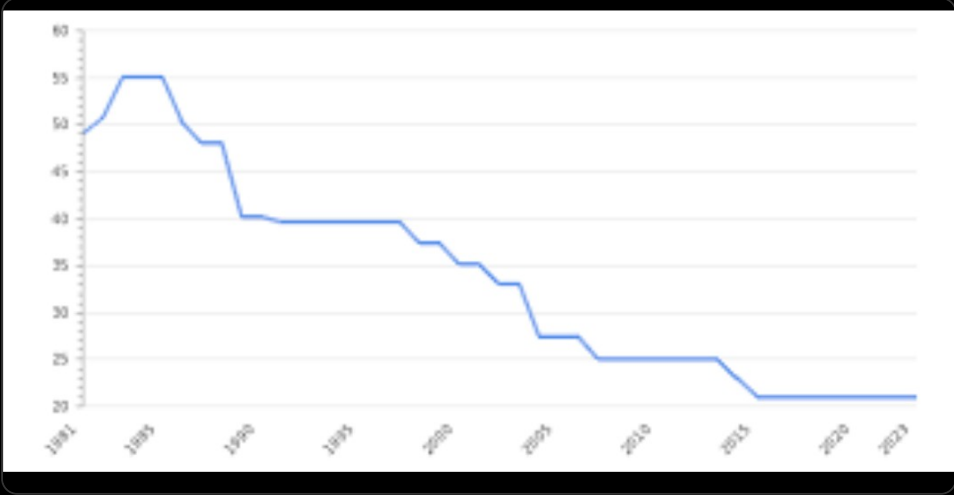
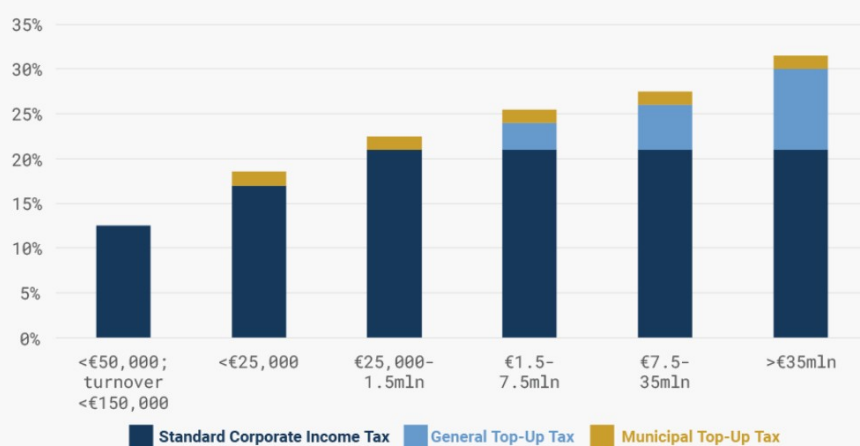


Figura 1 — Evolução da taxa de IRC em Portugal (≈21% no continente).

Portugal Levies a Highly Progressive Corporate Income Tax

Combined Corporate Income Tax Rates in Portugal by Component and Company Size, 2024

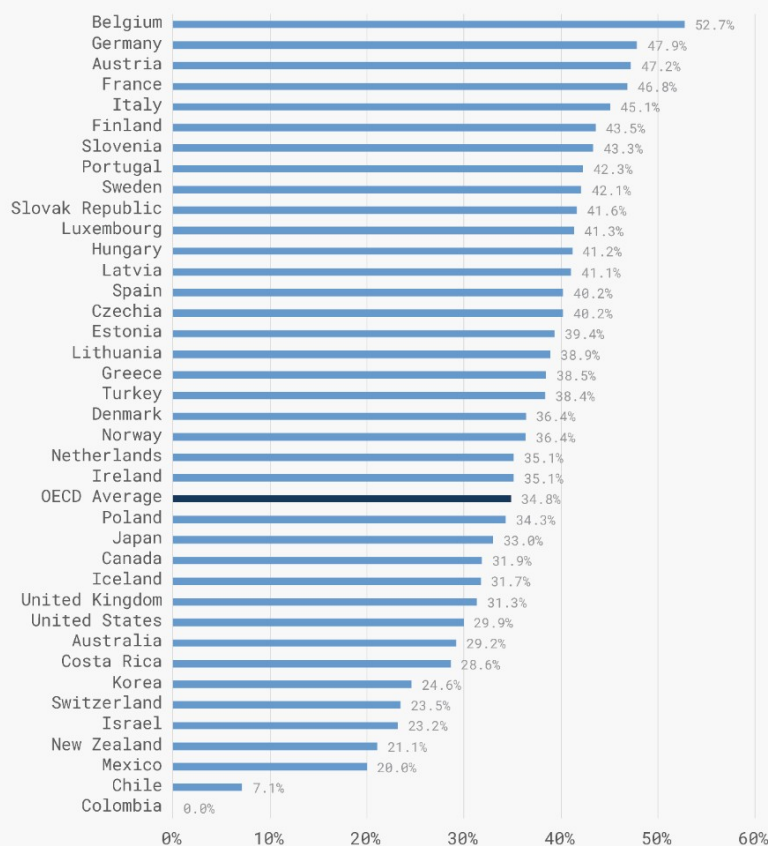


Notes: a) Net operating loss carryforwards are only available for standard corporate income tax liability, not for surcharges. b) The maximum local surtax rate is 1.5% but the municipalities are allowed to levy a lower surtax on companies with a turnover not exceeding EUR 150,000. c) There is a second reduced rate of 12.5% for the first EUR 50,000 of income for SMEs with effective place of management in Portugal and qualifying start-ups.
Source: PwC, "Worldwide Tax Summaries – Taxes on Corporate Income."

Figura 2 — Estrutura e diferenças entre tributação bancária e empresarial.

The Tax Burden on Labor in Belgium is Seven Times that of Chile

Tax Wedge of a Single Worker with no Children Earning a Nation's Average Wage, 2023



Note: In Colombia, the single worker at the average wage level does not pay personal income tax. Also, contributions to pension, health, and employment risk insurance are considered to be nontax compulsory payments (NTCPs) and therefore are not included as taxes in the OECD publication.
Source: OECD, Taxing Wages 2024.

TAX FOUNDATION

@TaxFoundation

Figura 3 — Carga fiscal sobre o trabalho em Portugal (entre as mais altas da OCDE).

Uma Questão Ética e Política

Quando um setor que lucra tanto paga tão pouco, a injustiça deixa de ser económica e torna-se moral. A cada euro que o banco poupa em impostos, há um hospital que não repara o seu equipamento, uma escola que não renova os manuais, um idoso que espera mais um mês por uma consulta.

O sistema protege os rentistas e castiga os que trabalham, numa lógica de Estado refém dos lobbies financeiros. A Contribuição Extraordinária Bancária é, na verdade, uma esmola simbólica — um verniz de justiça sobre o betão da desigualdade.

O Futuro: Transparência ou Captura?

Portugal precisa de quebrar este feitiço: tornar públicas as taxas efetivas de IRC e CESB por instituição, exigir relatórios claros e alinhar a tributação com o lucro real, não com as "responsabilidades ponderadas".

Não é apenas uma questão de economia — é de decência. Porque um país onde os bancos mandam mais do que o Parlamento jamais será uma democracia plena, mas uma oligarquia travestida de Estado de direito.

Conclusão

O Estado não deve ser servo da banca — deve ser guardião da justiça fiscal. Enquanto o capital financeiro for tributado como privilégio e o trabalho como culpa, Portugal continuará pobre, mesmo com bancos ricos.

Leia também: “Soberania Digital — A Nova Colonização Invisível”

[leia]



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)

•

[Ebooks](#)

•

[Carrossel](#)



Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)